

# REFLEXÕES SOBRE TRABALHO E PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Edir Vilmar Henig<sup>1</sup>

**Resumo:** A agricultura familiar é um importante instrumento de combate à desigualdade social no campo, uma vez que gera trabalho e renda. Desta forma, a agricultura familiar promove justiça social. O artigo aborda o trabalho e a pluriatividade na agricultura familiar como categorias de análise que promovem e complementação do orçamento das famílias que formam esta classe de trabalhadores rurais. A abordagem da agricultura familiar tem uma significativa importância na formação de mercados de produtos alimentares, por responder por 40% das riquezas geradas no meio rural brasileiro. Este trabalho tem por objetivo a análise o trabalho e a pluriatividade na agricultura familiar, garantidora da permanência dos pequenos produtores no campo e inibindo assim o êxodo rural. Utilizaremos dados bibliográfico históricos e atuais como metodologia. Assim, a agricultura familiar tem a capacidade de gerar emprego, associado ou não a pluriatividade.

**Palavras Chave:** Pluriatividade. Agricultura Familiar. Trabalho.

## REFLECTIONS ON LABOR AND PLURIATIVITY IN FAMILY AGRICULTURE

**Abstract:** Family farming is an important tool to combat social inequality in the countryside, since it generates work and income. In this way, family farming promotes social justice. The article discuss-

---

<sup>1</sup> Doutor em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Coimbra (Portugal) - Título de doutorado reconhecido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Desenvolveu estágio doutoral junto ao Istituto di Diritto Agrario Internazionale e Comparato (Firenze - Itália). Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso (2008) e graduação em Ciências Contábeis - Faculdades UNICEN (2011).

es the work and pluriactivity in family agriculture as categories of analysis that promote and complement the budget of the families that form this class of rural workers. The family farming approach has a significant importance in the formation of food markets, since it accounts for 40% of the wealth generated in the Brazilian rural environment. The objective of this work is to analyze work and pluriactivity in family agriculture, guaranteeing the permanence of small farmers in the countryside and thus inhibiting rural exodus. We will use historical and current bibliographic data as methodology. Thus, family farming has the capacity to generate employment, associated or not with pluriactivity.

**Keywords:** Pluriativity. Family farming. Job.

## Introdução

O meio rural brasileiro passou por inúmeras mudanças nas últimas décadas, sendo as pequenas propriedades saqueadas por políticas governamentais de industrialização das cidades, incentivando os agricultores a buscarem novas alternativas no meio urbano, abandonando suas propriedades e as entregando aos grandes latifundiários, que por sua vez recebiam incentivos do governo para produzirem em larga escala.

Embora o termo agricultura familiar seja novo, e só passou a ser difundido no Brasil nos anos de 1990, onde passou a ser alvo de políticas públicas que fomentam seu fortalecimento como categoria social. Logicamente que o conceito de agricultura familiar não é homogêneo, e mostra uma diversidade e amplitude enquanto categoria social.

No embate com a agricultura familiar estão as tecnologias utilizadas pela agricultura capitalista, onde a soma de sementes melhoradas geneticamente, agrotóxicos e fertilizantes químicos são si-

nônimos de colheitas abundantes e lucro certo, sem se preocupar com a qualidade do produto que está sendo colhido.

Economicamente atrativa pela capacidade de oferecer ao mercado interno gêneros alimentícios de qualidade superior aos produzidos pelas empresas capitalistas voltadas ao agronegócio, pois a preocupação é a da produção de alimentos orgânicos, ou seja, livre do uso de agrotóxicos, que encontram um mercado em franco crescimento devido à preocupação do consumidor com a segurança alimentar que este gênero alimentício oferece.

Historicamente colocada à margem do processo de desenvolvimento brasileiro, a agricultura familiar se vê assumindo um papel de destaque outrora lhe negado como importante ator social e segmento produtivo, capaz de gerar ocupação, emprego e renda, especialmente no meio rural. Sendo assim, o objetivo estabelecido é analisar o trabalho e a pluriatividade na agricultura familiar, garantiadora da permanência dos pequenos produtores no campo e inibidora do êxodo rural. Utilizaremos dados bibliográfico históricos e atuais como metodologia.

As trajetórias possíveis de transformação social no meio rural são múltiplas, e a escolha de permanecer, investir, ou sair da agricultura depende, entre outros fatores, destas e outras políticas públicas voltadas para esse segmento.

Assim, a agricultura familiar tem a capacidade de gerar emprego, associado ou não a pluriatividade e possibilita a criação de alternativas para fixar estas pessoas no campo significa diminuir a migração das mesmas para as zonas urbanas, atraídas pela ilusão de melhores salários e mudança no padrão de vida, o que já vem ocasionando acúmulo populacional nos centros urbanos, que geram

maiores índices de criminalidade, miséria, e desigualdade social, bem como a descaracterização cultural.

## **1. Trabalho: uma categoria da agricultura familiar**

Os agricultores familiares desenvolveram ao longo da história, formas de organização social e de solidariedade, que fortalecem relações de cooperação e de desenvolvimento local, principalmente os que se organizaram em associações ou cooperativas e se envolvem com produção de diversas culturas, o que remete ao pensamento de Paulo Netto e Braz (2009, p. 39) de que “é o caráter coletivo do trabalho é que o torna substantivamente social”.

Para Marx (2001, p. 211), “o trabalho é o processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. É a ação humana, através do trabalho que se modifica a natureza, e é na capacidade teleológica do homem de construir seu trabalho mentalmente antes de trazê-lo à realidade, que o torna elemento fundante da sociedade que constrói, transforma a realidade do homem ao longo dos tempos, onde eram escravizados, expropriados, com a finalidade de sobreviverem ou expandirem as riquezas daqueles que os exploravam.

O trabalho não é mera atividade que tira da natureza elementos que satisfazem as necessidades da existência (tenho sede, bebo água; tenho fome, como uma fruta), mas ele transforma a natureza para que os objetos produzidos possam satisfazer necessidades propriamente humanas. Não colhemos apenas o trigo tal como se apresenta na natureza para saciar nossa fome. O plantamos, colhemos, moemos seus grãos, fazemos a massa e a assamos em formato de pães que nos alimentam. Assim, a atividade do

trabalho consiste em transformar a natureza, e não apenas na apropriação de seus elementos tais como se encontram (IASI, 2010, p. 63).

O pensamento de Iasi refere-se nos escritos de Marx sobre o trabalho humano e sua realização, comprova assim sua natureza e complexidade nos termos humanos, onde a atividade teleológica do trabalho, o materializa com a finalidade de satisfazer as necessidades do homem.

Neste sentido, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, como exemplifica Marx:

[...] pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operação semelhante às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 2011, p. 211-212)

Nesta lógica, o homem não imprime sobre o material apenas a força de trabalho, mas também sua criatividade na elaboração de um projeto, mesmo que este esteja apenas no seu inconsciente, ou seja, o trabalho é ideologicamente pensado antes de sua execução, visualiza o final, no início, tal qual ocorre na agricultura, onde o trabalhador se utiliza da mão-de-obra e associa a sua capacidade teleológica para preparar a terra, plantar, cultivar e colher os frutos provenientes do seu trabalho e de sua ação sobre a natureza, sem levar em conta os fenômenos naturais que podem contribuir ou não para esta produção, e corrobora com isso Engels (2004, p. 18) ao dizer que “o trabalho começa com a elaboração de instrumentos”.

O desenvolvimento rural exerce importante influência na composição do mercado de trabalho e na produção de bens e serviços, pois é o trabalho que serve de fonte de renda, e que possibilita a sobrevivência da maioria da população, bem como ao acesso desta aos resultados do desenvolvimento. Em contraponto, o trabalho rural sofre com as transformações tecnológicas, resulta assim no desemprego, interfere também na qualidade do mesmo, uma vez que oferece na maioria das situações, período sazonal ou temporário, que corroborando com este pensamento, Carvalho Filho (2009, p. 199) ao dizer que:

[...] no sentido específico do campo, o que se verifica é o agravamento das tendências ocorridas durante o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, dos tempos da ditadura militar, com a consolidação dos antigos mecanismos de geração de pobreza rural e a geração de novos mecanismos no mesmo sentido. Aos expulsos do campo somam-se os excluídos nas cidades.

A afirmação corrobora na interpretação das consequências avassaladoras do capital e do uso das tecnologia na situação do trabalho rural e em suas implicações sociais, tanto no âmbito rural quanto na cidade, onde os reflexos deste processo são vistos na periferias das cidades, este agravamento da relação capital x trabalho no campo, também interfere no processo de acumulação capitalista e na oferta de alimentos para a população, onde a preocupação do agronegócio é a produção de commodities deixando de lado a produção agroalimentar, e como os mecanismos de mercado impendem ou interferem no avanço do pequeno agricultor que tem como base da sua alimentação os alimentos que compõe a cesta básica do brasileiro.

A formação da força de trabalho no campo assim como a própria agricultura passou por transformações ao longo dos anos, esta última, de extensiva à indústria, ambas sujeitas aos processos da modernização tecnológica a fim de aumentar a produtividade, estabelecer uma nova relação de trabalho, mas trouxe consigo o uso intensivo de agrotóxicos que ao serem manuseados pelo trabalhador, põe em risco sua vida e quase tudo à sua volta, ao exemplo do meio ambiente.

Devemos levar em conta a construção histórica do desemprego no campo, ocasionado pela modernização tecnológica e pela intensificação do trabalho, como nos fala Dal Rosso (2008, p. 21):

No capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho está voltada para os resultados. Falamos de intensificação quando os resultados são quantitativa ou qualitativamente superiores, razão pela qual se exige um consumo maior de energias do trabalhador. Há a intensificação do trabalho quando se verifica maior gasto de energia do trabalhador no exercício de suas atividades cotidianas.

Este processo de intensificação do labor no campo que para,

desenvolver indústrias, ocorre, invariavelmente, uma repercussão do desenvolvimento industrial sobre a agricultura, liberando e expulsando mão-de-obra camponesa para trabalhar em serviços urbanos e industriais (DAL ROSSO, 2008, p. 37).

Somado a estes agravantes do trabalho no campo, está também, os grandes latifúndios que na ambição capitalista passam a adquirir e a incorporar às suas grandes extensões de terras, as propriedades de pequeno e médio porte, daqueles que sem força e expressividade econômica, não conseguem competir e barganhar no

mercado, tanto para a aquisição de produtos, quanto para a produção e comercialização dos frutos do seu labor.

Após verem suas propriedades anexadas aos grandes latifúndios e com a receita da venda a se esgotar, vê-se o trabalhador obrigado a vender sua mão de obra aos latifundiários, ou ficar nas cidades para tentar a vida na atividade informal, ou na ocupação junto ao comércio local e a indústria.

Sob esta lógica do capital, não se observa a condição espacial ou temporal, a condição de acumulação capitalista do agronegócio fortalece a diferença social no campo e elimina o pequeno produtor que por falta da presença do Estado acaba com as esperanças e condições de produção, que sem opção, lhe resta desfazer-se de suas poucas posses para sobreviver.

O êxodo rural se concretiza na ilusão dos trabalhadores rurais em melhorarem de vida, ao vender em sua força de trabalho nas indústrias situadas nas grandes cidades, que abarrotam o espaço urbano e formando conforme Marx (2011, p. 735) o “exército industrial de reserva<sup>2</sup>”, fator contribuinte da intensificação de problemas sociais atuais que fogem ao controle do Estado.

Perceber o problema social criado pelo êxodo rural nas grandes cidades, associados a pressões dos movimentos sociais organizados tanto no campo quanto nas cidades, o que faz com que o Estado se veja obrigado a criar alternativas para resolver, ou amenizar as mazelas sociais criadas pelo processo de acumulação capitalista.

---

<sup>2</sup> “Ela constitui o exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.” (MARX, 2011, p. 735)

Telles (2006, p. 181), define a realidade dos “discursos humanitários e o discurso tecnicamente fundando, igualdade e justiça não existem, porém como campo de consensos e convergências de opiniões”, destacando que, só há mudanças em uma sociedade, através dos conflitos entre classes antagônicas que buscam o reconhecimento na cena pública.

É no contexto das lutas antagônicas que se compõe a realidade do mercado de trabalho na agricultura capitalista brasileira, sob a relação de exploração da mão de obra, é que surgem os movimentos organizados em favor das minorias, ou seja, os movimentos sociais de luta pela terra, que criam resistência contra a dominação burguesa no campo.

Neste sentido, Schneider (2009, p. 33), destaca a agricultura familiar como uma “descoberta” como parte integrante dos estudos teóricos e analíticos da sociologia, e ressalta ainda a importância do reconhecimento social:

[...] a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países envolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho família assume uma importância decisiva.

Pereira (2009, p. 165) defende que, “mediante a política social, é direitos sociais se concretizam e necessidades humanas (leia-se sociais) são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada”, por isso, de uma forma genérica a agricultura familiar deve ser entendida como categoria de direitos, carente de condições dignidade para os trabalhadores, e que sejam garantidos e amparados com leis e instrumentos capazes de atender suas necessidades e oferecendo qualidade de vida para suas famílias.

Carneiro (1997, p. 70) destaca que a agricultura familiar é valorizada também como segmento gerador de emprego e renda, [...] é reconhecida, no discurso governamental, como alternativa “economicamente produtiva” e “politicamente correta”, devido sua capacidade de geração de absorção de mão-de-obra, a agricultura familiar ganha destaque na agenda de políticas públicas do Estado para sua manutenção e fortalecimento.

Aos agricultores que conseguem permanecer com seu pedaço de chão, e aos que conquistam este direito através da reforma agrária, resta o empenho e a dedicação, persistência para a produção e sua emancipação econômica, e muitas vezes fomentadas e fortalecidas pela criação de associações e cooperativas, que possibilitam umas maiores capacidades, competitividade e de barganha.

Toda vez que, os níveis de ocupação da força de trabalho envolvida na produção de *commodities* são fortemente restringidos em face ao padrão tecnológico utilizado pelo sistema do agronegócio, não agrega em nada a ocupação efetiva na produção agrícola, neste sentido, cabe ao Estado a responsabilidade de elaborar e efetivar políticas públicas que garantam a reforma agrária, a distribuição de renda no campo e o fortalecimento da agricultura familiar, seguindo este pensamento Barros (et al., 2004, p. 4) destaca que:

$\frac{3}{4}$  da renda das famílias são derivados do trabalho e mais da metade das famílias brasileiras tem o trabalho como sua única fonte de renda. Portanto, o funcionamento do mercado de trabalho desempenha, em princípio, um papel fundamental na determinação do crescimento, pobreza e desigualdade de renda no país.

Cabe salientar em referência a citação acima, que o desemprego da população economicamente ativa em 2018 foi de

12,3%, o que reforça a desigualdade e a pobreza seja no campo ou na cidade, marginaliza e violenta as famílias dos trabalhadores (IBGE, 2019).

Como informa Almeida (2010, p. 23) “a liberação de fluxos internacionais de capital dá lugar a uma desregulamentação econômica que ganha força através de fusões e aquisições de empresas, para responder às necessidades permanentes a reestruturação produtiva”, acarreta o desemprego e o trabalho informal, os chamados “bicos”, este separado do direito do trabalho pelo poder econômico. Desregula assim o mercado de trabalho e as relações salariais, que outro elemento importante para a manutenção da economia, renda e trabalho no campo é a pluriatividade.

## **2 A Pluriatividade na Agricultura Familiar**

É importante destacar que a pluriatividade não nomeia um fenômeno social específico no meio rural, bem como o termo pluriativo não define uma nova categoria social. São inúmeras as possibilidades de reprodução sociais que podem estruturar as famílias, neste sentido a pluriatividade significa um processo social plural na dinâmica da socialização do campo. Cria um espaço de formulação e implementação de condições sócio-econômica, peculiares da atividade familiar, e segundo Fuller (1990, p. 367):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (home-based farming). [...]. A pluriatividade portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto

dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas.

A pluriatividade surge no cenário da agricultura familiar ao possibilitar a busca em atividades não agrícolas rendimentos e proventos para auxiliar na complementação de renda fora da unidade produtiva, bem como de suas famílias. Scheneider (2009, p. 97) destaca que a pluriatividade são

[...] as situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

O tempo de trabalho dispendido na atividade rural é menor do que o usado para a produção dentro das grandes propriedades, beneficia o uso do tempo ocioso nas atividades que complementam a renda pluriatividade, ou seja, a venda da mão-de-obra para outros produtores, ou empresários e industriais. Carneiro (1997, p. 13) complementa que:

Em suma, é importante considerar a pluriatividade como uma condição para manter a população no campo e também para viabilizar as pequenas unidades produtivas que não conseguem, por motivos vários, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente na atividade agrícola. Assim, o apoio à agricultura familiar tem que ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais devam ser igualmente levados em conta na busca de soluções não excludentes.

Assim torna-se relevante a categoria pluriatividade, que exprime uma ampla diversidade de possíveis inserções nos mercados, comércio, prestação de serviços diversos, turismo, manufaturas, ar-

tesanatos, transformações agroindustriais, entre outras atividades que podem interferir na renda familiar de forma direta e que assumem significados distintos nas trajetórias familiares, impossíveis de serem homogeneizados, simplesmente pela sua magnitude econômica, sem que o agricultor deixe sua propriedade, se utiliza apenas o tempo ocioso para vender sua mão-de-obra, já que a atividade rural em muitos casos é sazonal.

As diferentes implicações do recurso das práticas não agrícolas podem expressar trajetórias sociais, culturais e econômicas variadas que afetam, de forma diferenciada, as dinâmicas das formas sociais da agricultura familiar com efeitos sobre seus padrões de bem-estar social e cultural. Para Werlang e Mendes (2016, p. 155) a “pluriatividade pode, assim, ser definida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da propriedade rural”.

A agricultura familiar ganhou espaço nos debates de sua caracterização quando um fato político surge através da opção do Estado em eleger essa forma de produção agrícola como protagonista do desenvolvimento rural, com base em análises que atribuem à agricultura familiar condições mais favoráveis de competitividade, ao ser comparada à agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo à capacidade de empregar mão-de-obra.

[...] pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país (WANDERLEY, 2000, p. 8).

A categoria de agricultura familiar estaria no eixo dos novos processos sociais no meio rural brasileiro, ao caracterizar uma diversificação nas atividades econômicas que envolvem este setor e pela incapacidade da agricultura em prover renda suficiente para essas famílias se manterem em condições dignas de vida.

A pluriatividade tem como característica a capacidade de combinar atividades não agrícolas com os trabalhos do campo, para buscar uma complementação de renda fora da unidade produtiva. O tempo conciliado que na atividade rural é menor do que o usado para a produção dentro da propriedade, beneficiando o uso do tempo ocioso nas atividades que complementam a renda, denominado por Silva (1999), pluriatividade.

Nesse sentido, é importante destacar que a categoria “pluriatividade” exprime uma ampla diversidade de possíveis inserções nos mercados - comércio, prestação de serviços diversos, turismo, manufaturas, artesanatos, transformações agroindustriais, etc - que assumem significados distintos nas trajetórias familiares, impossíveis de serem homogeneizados simplesmente pela sua magnitude econômica, como por exemplo, 20% da renda familiar. Os critérios de exclusão estão fortemente sustentados na noção, em construção, do ‘verdadeiro agricultor’ – profissional com capacidade empresarial apto para encontrar na atividade agrícola a fonte da quase totalidade da renda familiar. Estão, portanto, excluídos os agricultores que, por motivos variados (natureza sazonal da atividade agrícola, impossibilidade de aproveitar, na produção, a totalidade da mão-de-obra familiar disponível, oferta de emprego na região em situação mais favorável que a agricultura, redirecionamento dos projetos familiares ou individuais de forma a incorporar novos rendimentos e ampliar a capacidade de consumo, entre outros) são levados a desempenhar atividades não-agrícola de caráter complementar (CARNEIRO, 1997, p. 14).

Carneiro, expressa que para caracterizar a pluriatividade do agricultor familiar, se deve observar alguns quesitos importantes, e levar em conta apenas aquele que se utilizam desta ca-

tegoria como forma de complemento de renda, permanente, não sazonal, onde todos os membros da família estão envolvidos com a agricultura, a maior rentabilidade nos trabalhos urbanos em relação ao trabalho rural, desta forma não podem ser caracterizado com trabalhadores pluriativos.

Assim, o meio rural, sempre visto como fonte de problemas, hoje aparece também como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego, renda e da qualidade de vida. Soares (2017, 47) ressalta que, “a pluriatividade se destaca como um importante meio empregatício nas propriedades voltadas para a agricultura familiar, no entanto, o sucesso ou o insucesso irá depender dos motivos que levaram a essa prática, podendo ser positiva ou não”.

A pluriatividade oferece oportunidades de desenvolvimento humano em todas as regiões do país diversifica as economias locais a começar pela própria agropecuária, mas ainda há muito à ser feito, apesar do reconhecimento é necessário que as políticas e programas implementados sejam do alcance de todos, desburocratizar os processos de financiamento e alocar maiores recursos para os pequenos produtores, principalmente se tratados na dimensão de políticas públicas, próximo tema em apreço neste trabalho.

A agricultura familiar ganhou espaço nos debates de sua caracterização quando um fato político surge através da opção do governo em eleger essa forma de produção agrícola como protagonista do desenvolvimento rural, baseando-se em análises que atribuem à agricultura familiar condições mais favoráveis de competitividade quando comparada à agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo à capacidade de empregar mão-de-obra.

A categoria de agricultura familiar estaria no eixo dos novos processos sociais no meio rural brasileiro caracterizando uma diversificação nas atividades econômicas que envolvem este setor e pela incapacidade da agricultura em prover renda suficiente para essas famílias se manterem em condições dignas de vida (Graziano da Silva e Del Grossi, 1998).

E nesta busca pela complementação e por terem pouca escolaridade, os trabalhadores pluriativos, exercem ofícios principalmente, a venda da mão de obra em propriedades vizinhas. Além do comércio (Garcia Jr., 1989) ou a prestação de serviços (pousadas, restaurantes, pesque e pague) passando assim a ser reconhecida como uma estratégia de ampliação da capacidade de capitalização da propriedade que pode levar à secundarização da atividade agrícola enquanto durarem as condições favoráveis para os outros investimentos ou ao abandono definitivo da atividade produtiva.

As melhorias nas condições de vida no seio das famílias que utilizam da pluriatividade são percebidas através de vários estudos já desenvolvidos. As políticas públicas devem ser incentivadas para que o desenvolvimento promovido pela pluriatividade seja cada vez mais efetivados e oferecido como alternativa para a resolução de problemas identificados nas populações urbanas e rurais, como a elevação da renda familiar, estabilidade familiar, diversificar as fontes de renda, reduzir o êxodo rural, estimular as mudanças nas de poder e de gênero no interior das famílias; e apoiar a multifuncionalidade do meio rural. Ao cumprir tais papéis, a pluriatividade também se constitui em importante instrumento de combate e erradicação da fome e da pobreza, principalmente nas áreas rurais.

## Considerações Finais

O objetivo deste trabalho não é estabelecer aspectos conclusivos referentes ao tema proposto. A revisão literária apresentada, seguida de conceituação e discussão sobre as melhores formas de interpretar a categoria trabalho e relacionar com a pluriatividade.

Aflorando neste campo de estudo o caráter social do segmento da agricultura familiar como atividade responsável pela ocupação e renda dos trabalhadores. É importante destacar que nas relações de trabalho das famílias agricultoras não são empregadas apenas as condicionantes do mundo rural, trazendo através da pluriatividade uma intersecção com urbano, não limitando a existência dos agricultores apenas ao trabalho rural.

E a pluriatividade se firma como fenômeno social relativamente novo e desconhecido que necessita de estudos e pesquisas, embora presente em diversos tipos de ocupação (trabalho precário ou não), exercidos de várias formas. Tendo no seio de cada família inúmeras formas de inserções no mercado de trabalho. Neste sentido, a agricultura familiar pluriativa se engendra na reflexão sobre o processo de uniforme nas discussões sociais, econômicas, cultural e simbólicas das famílias inseridas no meio rural.

A reprodução dos trabalhadores transcende a territorialidade do espaço rural, ou seja, para a formação da renda das famílias agricultoras, os trabalhadores buscam nas atividades produtivas urbanas complementação de renda. Já a permanência dos pequenos proprietários em suas terras estaria relacionada com o processo próprio de desenvolvimento capitalista da agricultura moderna, pois não obstante a superioridade técnica e empresarial da grande exploração, que favorece a obtenção de maior taxa de lucro pelos

capitalistas, os pequenos proprietários continuariam a desempenhar o papel fundamental de fornecimento da força de trabalho para as unidades maiores.

A reflexões sobre a pluriatividade, conforme a literatura discutida, nos mostra que as perspectivas de produção pluriativas pode abrir mais possibilidades para interpretar a diversidade produtivas dos espaços rurais. A compreensão de que a agricultura familiar é, por natureza, diversificada está consolidada e consagrada pelos intérpretes dos estudos agrários. Assim, a pluralidade dentro da produção agropecuária se soma às atividades não agrícolas, ampliando o leque de atividades que mantêm o trabalhador ocupando o meio rural.

Ainda assim, a relação injusta de reprodução econômica agricultura familiar x agronegócio, não pode ser pensado como o fim das pequenas propriedades rurais, sucumbidas pelas produções agrícolas capitalistas. Mesmo por que, o sistema produtivo é dependente das pequenas propriedades para a produção de alimentos de primeiras necessidades, como legumes, hortaliças, frutas, deixando ao grande capital a produção em larga escala de grãos e algodão.

## Referências

ALMEIDA, M. H. T. de; O elo perdido entre o trabalho e a seguridade. In. BEHRING, E. R. e ALMEIDA, M. H. T. de. (Org.) **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. 2 ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

BARROS, R. P. et al. **Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil: implicações para crescimento, pobreza e desigualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 187 p.

CANEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar**: uma leitura do Pronaf. Estudos Sociedade e Agricultura, 1997.

CARVALHO FILHO, J. J., Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sergio. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P.195.

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Pesquisa]. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4. p. 361-373, Londres, 1990.

GARCIA JR., Afrânio. Sul: o caminho do roçado. São Paulo Ed. Marco Zero, 1989.

IASI, M. L. Trabalho: emancipação e estranhamento? In: LOURENÇO, E. et al. **O avesso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular: 2010, p. 63.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo, Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas e questões** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, José Graziano da Silva; DEL GROSSI, Mauro. E. A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 25. **Anais**. Natal, Sober, 1997, p. 759-785.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

SOARES, J. A. do P. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar: Estudo nos Assentamentos Agrovila Rio Verdinho em Rio Verde (GO) e Nossa Senhora de Guadalupe em Jataí (GO)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, 2017.

TELLES, V. da S. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG: 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: **DESENVOLVIMENTO e Meio Ambiente**, n. 2 p. 29-37. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. **EM PAUTA**, n. 38, v. 14. Rio de Janeiro: 2º Semestre de 2016 - p. 140 – 163.